

DF: uma eleição original

LUIZ ADOLFO PINHEIRO
Repórter Especial

Além do plano urbanístico, Brasília tinha de ser original também em matéria de eleições. Com efeito, o Distrito Federal é um caso inteiramente à parte no País, com uma realidade política bastante peculiar, como se vê a seguir.

A primeira originalidade é ser uma unidade federativa única pois não é um Estado e nem um território federal, como Roraima e Amapá. É um distrito federal. Por isto não tem municípios e, conseqüentemente, não elege prefeitos, nem vereadores e nem Assembléia Legislativa; não elege governador, que é nomeado pelo Presidente da República. Mas, ao contrário dos Territórios, que só elegem deputados federais, Brasília ganhou o direito de eleger também três senadores.

A eleição dos três senadores, de uma vez, como ocorreu quando Rondônia e Mato Grosso do Sul tornaram-se Estados, é outra singularidade da primeira eleição brasiliense. Em todos os Estados estão sendo eleitos dois senadores. O DF vai eleger três de uma vez e nem todos os eleitores sabem disso. Os dois mais votados terão mandato de oito anos, enquanto o terceiro terá mandato de quatro anos para permitir, em 1990, que o DF se iguale aos Estados na renovação de um terço do Senado Federal. %E A inexistência de vereadores, prefeitos e deputados estaduais é outro aspecto muito especial da eleição em Brasília. Nos Estados, os candidatos a deputados federais formam "dobradinhas" com os estaduais, de forma a que um ajude o outro, atraindo o eleitor votar simultaneamente nos dois nomes da "dobradinha" - um para a Assembléia, outra para a Câmara Federal. Nesse esquema, os deputados fecham o apoio com os maiores "cabos" eleitorais, que são os prefeitos - os donos de votos no município, como um todo - e os vereadores, que têm votação em distritos, bairros ou em determinadas faixas da população. O candidato ao Senado age da mesma forma, "costurando" uma ampla aliança com de-

putados federais, estaduais, prefeitos e vereadores.

Este é o esquema tradicional, que não funcionará em Brasília. Aqui os candidatos ao Senado e à Câmara terão de fazer campanha como se fossem candidatos a vereador, prefeito ou deputado estadual. A inexistência dessa malha de elementos políticos profissionais (prefeitos, vereadores, deputados estaduais) coloca o candidato brasiliense frente a frente com seu eleitor, praticamente sem intermediários.

A falta dessa malha política vai obrigar o candidato brasiliense a um "corpo a corpo" com o eleitorado, além de ter de se esmerar na televisão, quando começar o horário gratuito. Essa malha, no DF, será improvisada à base de pessoas que são líderes da comunidade, dirigentes classistas, administradores ou ex-administradores regionais, detentores do poder econômico - enfim, tudo aquilo que também existe nas eleições nos Estados, mas que em Brasília vai substituir a máquina eleitoral formada por prefeitos, vereadores e deputados estaduais.

Mas o grande fator que fará a eleição brasiliense bem distinta da dos Estados é a inexistência de votação para governador. O candidato a governador "puxa" a votação dos demais e aumenta consideravelmente não apenas a emoção do pleito mas também a atuação do poder econômico. Banqueiros, industriais, fazendeiros, (vide VDR), empreiteiros, grandes comerciantes - enfim, a plutocracia capitalista faz pesados investimentos, geralmente por baixo do pano, nos seus candidatos a governador.

No DF, onde não se elege governador, o jogo pesado do poder econômico está se concentrando no pleito à Constituinte, com ênfase no Senado, porque a eleição majoritária consome mais recursos. Além disso, tanto no DF como nos Estados, o poder econômico quer garantir maioria no Senado e eleger o maior número possível de deputados, a fim de ser produzida uma nova Constituição que seja conservadora no atacado e progressista no varejo.